RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM ATENÇÃO PRIMÁRIA COM ÊNFASE EM SAÚDE DA FAMÍLIA - PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 001/2026

DATA DA PROVA: 15/11/2026
PERÍODO DA PROVA: MANHÃ

ÁREA PROFISSIONAL: NUTRICIONISTA

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO ANTES DE COMEÇAR A PROVA:

- Verifique se este caderno corresponde a área a qual você concorre e se ele contém 25 (vinte e cinco) questões de múltipla escolha com 05 (cinco) alternativas cada (A, B, C, D e E);
- Caso o caderno esteja incompleto, possua qualquer defeito ou apresente alguma divergência ao cargo ao qual você concorre, solicite ao fiscal de sala que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores neste sentido;
- No momento da identificação, verifique o cartão resposta e se as informações relativas a você estão corretas. Caso haja algum dado a ser retificado, peça ao fiscal de sala corrigir em Ata;
- **Você dispõe de 03 (três) horas para realizar a prova objetiva;**
- Na duração da prova, está incluso o tempo destinado à entrega do material de prova e ao preenchimento do cartão resposta;
- Você deve deixar sobre a carteira apenas o documento de identificação e a caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta;
- **NÃO É PERMITIDO DURANTE A REALIZAÇÃO DA PROVA:** a) equipamentos eletrônicos como calculadoras, MP3, MP4, celular, tablet, notebook, gravador, máquina fotográfica ou qualquer aparelho similar; b) livros, anotações, dicionários, consultas ou qualquer outro material impresso que não esteja expressamente permitido; c) bolsa, relógio, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc;
- É proibido fazer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio que não seja permitido;
- Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização;
- Somente após decorrida 01 (uma) hora após início da prova você poderá se retirar da sala de aplicação de prova;
- **Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala, devolva-lhe o caderno de prova e o cartão resposta devidamente assinado e deixe o local de prova. O candidato NÃO poderá levar consigo o caderno de questões, poderá levar somente a anotação de gabarito a ser destacada abaixo;**
- A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente caderno de prova e no cartão resposta poderá implicar na anulação da sua prova;
- Tenha calma para não prejudicar o seu desempenho e boa prova.

NÚMERO DA INSCRIÇÃO:
NOME COMPLETO:

ANOTE ABAIXO AS SUAS RESPOSTAS E DESTAQUE NA LINHA PONTILHADA ACIMA																			
01	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
21	**22**	**23**	**24**	**25**															

SAÚDE COLETIVA

01) Conforme a Lei Nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, os recursos do Fundo Nacional de Saúde (FNS) serão alocados, EXCETO:

(A) Nas despesas de custeio e de capital do Ministério da Saúde, seus órgãos e entidades, da administração direta e indireta.
(B) Nos investimentos previstos em lei orçamentária, de iniciativa do Poder Legislativo e aprovados pelo Congresso Nacional.
(C) Para pagamento do auxílio-doença e do décimo terceiro salário aos profissionais que compõe a equipe de Saúde da Família, Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Endemias.
(D) Para cobertura das ações e serviços de saúde a serem implementados pelos Municípios, Estados e Distrito Federal.
(E) Para investimentos na rede de serviços, à cobertura assistencial ambulatorial e hospitalar e às demais ações de saúde.

02) Portaria que cria os Núcleos de Apoio à Saúde da Família:

(A) Portaria Nº 154, de 24 de janeiro de 2008.
(B) Portaria Nº 648, de 28 de março de 2006.
(C) Portaria Nº 204, de 29 de janeiro de 2007.
(D) Portaria Nº 399, de 22 de fevereiro de 2006.
(E) Portaria Nº 698, de 28 de setembro 2008.

03) Assinale a alternativa que apresenta a numeração da Lei Complementar, publicada em 13 de janeiro de 2012, que regulamenta os valores mínimos a serem aplicados em ações e serviços públicos de saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, estabelecendo critérios de fiscalização, controle e rateio de recursos:

(A) 399/2012.
(B) 15.126/2012.
(C) 7.070/2012.
(D) 141/2012.
(E) 01/2012.

04) O Decreto Nº 7.508, de 28 de junho de 2011:

(A) Regulamenta Política Nacional de Imunização (PNI).
(B) Regulamenta o Estatuto da Criança e do Adolescente.
(C) Regulamenta a Estratégia de Saúde da Família.
(D) Regulamenta o Programa Nacional de Agentes Comunitários de Saúde.
(E) Regulamenta a Lei Orgânica da Saúde.

05) A Portaria GM/MS Nº 635, de 22 de maio de 2023:

(A) Altera a Lei Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para estabelecer a revisão periódica dos valores de remuneração dos serviços prestados ao Sistema Único de Saúde (SUS), com garantia da qualidade e do equilíbrio econômico-financeiro.
(B) Institui, define e cria incentivo financeiro federal de implantação, custeio e desempenho para as modalidades de equipes multiprofissionais na Atenção Primária à Saúde.
(C) Regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle.
(D) Institui o Pacto firmado entre as esferas de governo nas três dimensões: pela vida, em defesa do SUS e de Gestão.
(E) Altera a Lei Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para instituir ajuda de custo ao usuário do Sistema Único de Saúde (SUS) que necessita realizar tratamento de saúde fora do Município onde reside.

06) É um instrumento de planejamento estratégico que organiza ações e políticas de saúde no Brasil para um período de cinco anos, visando ampliar o acesso, a qualidade e a eficiência dos serviços de saúde:

(A) Conferência de Saúde.
(B) Programa Saúde Brasil.
(C) SINAN/SISVAN/NOTIVISA.
(D) Lei Orgânica do SUS.
(E) Plano Quinquenal do Ministério da Saúde.

07) Considerando o Artigo 6º da Lei Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, analise os itens e assinale a alternativa CORRETA:

I - Execução de ações de vigilância sanitária.
II - Execução de ações de vigilância epidemiológica.
III - Execução de ações de saúde do trabalhador.
IV - Execução de ações de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica.
V - Execução de ações de saúde bucal.
VI - Execução de ações de promoção do desenvolvimento produtivo, tecnológico e da inovação do Complexo Econômico-Industrial da Saúde.

(A) I, II, III, IV, V e VI não estão incluídas no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS).
(B) Apenas I e II estão incluídas no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS).
(C) Apenas IV e VI não estão incluídas no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS).
(D) Apenas IV, V e VI não estão incluídas no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS).
(E) I, II, III, IV, V e VI estão incluídas no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS).

08) Trata-se de um dos princípios basilares do Sistema Único de Saúde; os protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas devem estabelecer os medicamentos ou produtos necessários nas diferentes fases evolutivas da doença ou do agravo à saúde, incluindo casos de perda de eficácia e reações adversas:

(A) Assistência Terapêutica Paliativa.
(B) Assistência Terapêutica Retroativa.
(C) Assistência Terapêutica Prospectiva.
(D) Assistência Terapêutica Integral.
(E) Assistência Terapêutica Seletiva.

09) O processo de planejamento e orçamento do Sistema Único de Saúde (SUS) será ascendente, do nível local até o federal, ouvidos seus órgãos deliberativos, compatibilizando-se as necessidades da política de saúde com a disponibilidade de recursos em planos de saúde dos Municípios, dos Estados, do Distrito Federal e da União. Quanto ao planejamento e orçamento do SUS, assinale a alternativa que descreve uma circunstância em que é vedada a transferência de recursos para financiamento:

(A) Situações de emergência ou calamidade pública.
(B) Campanhas de vacinação.
(C) Ações não previstas nos planos de saúde.
(D) Formação e educação continuada dos recursos humanos.
(E) Calamidades públicas.

10) Assinale a alternativa que apresenta o programa instituído pela Portaria Nº 2.979, de 12 de novembro de 2019:

(A) Programa Comunica Brasil.
(B) Programa Previne Brasil.
(C) Programa Imuniza Brasil.
(D) Programa Trata Brasil.
(E) Programa Educa Brasil.

11) Analise os itens e assinale a alternativa que apresenta os princípios e diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas:

I - Propiciar o acesso e o acolhimento aos usuários com doenças crônicas em todos os pontos de atenção.
II - Humanização da atenção, buscando-se a efetivação de um modelo centrado no usuário e baseado nas suas necessidades de saúde.
III - Respeito às diversidades étnico-raciais, culturais, sociais e religiosas e hábitos e cultura locais.
IV - Garantia de implantação de um modelo de atenção centrado no usuário e realizado por equipes multiprofissionais.
V - Articulação entre os diversos serviços e ações de Saúde, constituindo redes de Saúde com integração e conectividade entre os diferentes pontos de atenção.
VI - Atuação territorial, com definição e organização da rede nas regiões de Saúde, a partir das necessidades de saúde das respectivas populações, seus riscos e vulnerabilidades específicas.

(A) I, II, III, IV, V e VI.
(B) Apenas I, II e III.
(C) Apenas I, II, IV e V.
(D) Apenas III, IV, V e VI.
(E) Apenas I, II, III e VI.

12) A Portaria Nº 2.436, de 21 de setembro de 2017, aprova a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), revisando diretrizes para a organização da Atenção Básica no SUS e flexibilizando a composição das:

(A) Escolas.
(B) Fichas de cadastros familiares.
(C) Equipes de saúde.
(D) Práticas assistenciais.
(E) Famílias.

13) Analise os itens e posteriormente assinale a alternativa CORRETA:

I - A identificação e divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde.
II - A formulação de política de saúde destinada a promover, nos campos econômico e social, a observância de que o dever do Estado garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.
III - A assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas.

(A) I, II e III são proibições ao Sistema Único de Saúde.
(B) I, II e III são objetivos do Sistema Único de Saúde.
(C) I, II e III são vetos aplicados ao Sistema Único de Saúde.
(D) I, II e III são diretrizes do Sistema Privado Integrado de Saúde.
(E) I, II e III são proibições do Sistema Privado de Saúde Integrada.

14) São métricas que medem aspectos importantes do estado de saúde de uma população; são utilizados para avaliar a eficácia de intervenções de saúde, a qualidade dos serviços prestados e as condições de vida da população; podem incluir dados sobre mortalidade, morbidade, acesso a serviços de saúde e fatores de risco:

(A) Protocolos operacionais.
(B) Sistemas de notificação.
(C) Fichas SIAB.
(D) Marcadores de território.
(E) Indicadores de saúde.

15) Preencha a lacuna com a alternativa CORRETA:

A Lei Nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, dispõe sobre a participação da _____ na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.

(A) Família.
(B) Equipe de Saúde da Família.
(C) Estratégia de Saúde da Família.
(D) Comunidade.
(E) Comissão Tripartite.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16) Em uma instituição de educação infantil que recebe crianças menores de 2 anos, o nutricionista participa da revisão das orientações destinadas às famílias sobre alimentação complementar. Durante a reunião, os educadores relatam que algumas famílias oferecem preparações caseiras liquidificadas e demonstram preferência por produtos industrializados divulgados como específicos para bebês, sob o argumento de que seriam práticos, baratos e nutricionalmente completos. Diante dessa situação, o profissional propõe atualizar o material educativo fornecido aos pais, com base nas recomendações do Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de 2 Anos, do Ministério da Saúde (2019). Considerando os 12 passos para uma alimentação saudável propostos no documento, avalie as asserções a seguir:

I - A orientação às famílias deve incentivar a continuidade do aleitamento materno após o início da alimentação complementar, bem como a oferta de água própria para consumo e a priorização de alimentos in natura, minimamente processados e processados como base da alimentação das crianças.
II - A recomendação de liquidificar as preparações no início da alimentação complementar, a fim de obter consistência homogênea, favorece o desenvolvimento das habilidades de mastigação e está de acordo com a progressão de consistências recomendada para crianças menores de 2 anos, devendo esta orientação fazer parte do material.
III - O material educativo deve orientar as famílias a reconhecer a influência da publicidade de alimentos destinados ao público infantil e a fundamentar suas escolhas nas recomendações do Guia, em vez de associar apelos comerciais à qualidade nutricional.

É CORRETO o que se afirma em:

(A) I, apenas.
(B) III, apenas.
(C) I e II, apenas.
(D) II e III, apenas.
(E) I e III, apenas.

17) A Vigilância Alimentar e Nutricional (VAN) integra as ações de alimentação e nutrição desenvolvidas na Atenção Primária à Saúde. Considerando seus objetivos, apresentados no Guia para a Organização da Vigilância Alimentar e Nutricional na Atenção Primária à Saúde (2022), avalie as asserções a seguir:

I - A VAN tem como objetivo detectar e prever situações de risco alimentar e nutricional, permitindo reconhecer precocemente agravos e acompanhar suas tendências ao longo do tempo.
II - O objetivo central da VAN consiste em identificar alterações antropométricas individuais e orientar o atendimento clínico, enquanto a análise das condições de alimentação da população e o planejamento de políticas públicas devem ser compreendidos por iniciativas paralelas, externas ao seu escopo.
III - A VAN tem como objetivo produzir informações sobre a disponibilidade, a qualidade e a quantidade de alimentos, contribuindo para o planejamento e a formulação de ações, programas e políticas públicas relacionadas à alimentação e à nutrição.

É CORRETO o que se afirma em:

(A) I, apenas.
(B) II, apenas.
(C) I e III, apenas.
(D) II e III, apenas.
(E) I, II e III.

18) Na Atenção Primária à Saúde é de fundamental importância que as equipes de saúde tenham conhecimento do território ao qual são referência, para isso, a territorialização se faz necessária. Além disso, para garantir a Segurança Alimentar e Nutricional da população, além de fatores socioeconômicos, é preciso levar em consideração o ambiente alimentar ao qual a comunidade está inserida.

Fonte: OLIVEIRA, Karen Hofmann de. Ambiente alimentar e insegurança alimentar e nutricional na atenção primária à saúde. 2021. 11f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Fundação Estatal Saúde da Família. Instituto Gonçalo Moniz, Fundação Oswaldo Cruz, Programa de Pós-Graduação em Residência Integrada Multiprofissional em Saúde da Família Salvador, 2021.

Tendo como base as orientações do documento Insegurança Alimentar na Atenção Primária à Saúde: manual de identificação dos domicílios e organização da rede (2022), avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas:

I - A identificação da situação de segurança alimentar e nutricional dos usuários constitui uma ação relevante na Atenção Primária à Saúde

PORQUE

II - As ações de identificação e monitoramento da situação de segurança alimentar e nutricional nos domicílios permitem reconhecer necessidades das famílias e orientar intervenções compatíveis com sua situação de vulnerabilidade, favorecendo o encaminhamento oportuno para ações e programas específicos de Segurança Alimentar e Nutricional.

A respeito dessas asserções, é CORRETO o que se afirma em:

(A) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
(B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
(C) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
(D) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
(E) As asserções I e II são proposições falsas.

19) A respeito da construção da Vigilância Alimentar e Nutricional (VAN) no Brasil, analise as afirmativas abaixo, marque V para VERDADEIRO ou F para FALSO e assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

( ) A implementação da VAN no Brasil se deu na década de 60, quando os setores de Agricultura, Abastecimento e Economia idealizaram um sistema de informação para subsidiar ações governamentais a partir de inquéritos e pesquisas.
( ) Os primeiros marcos legais que apoiaram as ações de VAN nos serviços de saúde foram elaborados na década de 1990, com destaque para a instituição do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan) no Ministério da Saúde e a Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/1990).
( ) Em 1994, o Sisvan passou a ser indicado como pré-requisito para o financiamento e a implantação de programas assistenciais com foco na recuperação da desnutrição e no cuidado de crianças e gestantes em risco nutricional, expandindo sua implementação.
( ) Em 2004, o Ministério da Saúde passou a recomendar que o Sisvan fosse utilizado para o acompanhamento do estado nutricional de indivíduos em todas as fases do curso da vida (crianças, adolescentes, adultos, idosos e gestantes).
( ) Em 2012, com o intuito de aprimorar as funcionalidades do Sisvan, facilitando seu uso em nível local e o registro dos acompanhamentos, foi desenvolvida uma versão online do sistema, denominada e-Sisvan.
( ) E em 2015, foi publicado o Marco de referência da vigilância alimentar e nutricional na atenção básica, com objetivo de apoiar profissionais e gestores para a organização da VAN na Atenção Básica.

(A) F, V, V, F, F, V.
(B) V, V, V, V, F, V.
(C) V, F, V, F, V, F.
(D) F, V, V, V, F, V.
(E) F, F, V, V, V, F.

20) A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), atualizada pela Portaria nº 2.715, de 17 de novembro de 2011, estabelece diretrizes para a organização das ações de alimentação e nutrição no Sistema Único de Saúde (SUS). Com base no propósito e nas diretrizes dessa política, assinale a alternativa CORRETA:

(A) A PNAN tem como propósito principal reduzir a prevalência de doenças crônicas não transmissíveis, priorizando a prevenção do sobrepeso e da obesidade em detrimento das demais necessidades de alimentação e nutrição da população.
(B) A PNAN busca melhorar as condições de alimentação, nutrição e saúde da população brasileira por meio de ações que articulam a promoção de práticas alimentares adequadas e saudáveis, a vigilância alimentar e nutricional, a prevenção e o cuidado integral dos agravos relacionados à alimentação e nutrição.
(C) A PNAN estabelece a vigilância alimentar e nutricional como finalidade central da política, enquanto a promoção da alimentação adequada e saudável e a atenção nutricional constituem estratégias complementares, cuja implementação depende dos resultados do monitoramento nutricional.
(D) A PNAN concentra suas diretrizes na organização da atenção nutricional no SUS, cabendo às políticas de segurança alimentar e nutricional a responsabilidade pelas ações intersetoriais de promoção do direito humano à alimentação adequada.
(E) A PNAN define a promoção da alimentação adequada e saudável como responsabilidade exclusiva dos serviços de saúde, restringindo a cooperação intersetorial às situações em que a rede assistencial não disponha de recursos suficientes para atender às necessidades nutricionais da população.

21) Ao aplicar o formulário de marcadores de consumo alimentar a um adulto, o nutricionista obtém as seguintes respostas referentes ao consumo no dia anterior:

- **Consumiu feijão.**
- **Consumiu frutas frescas.**
- **Não consumiu verduras ou legumes.**
- **Consumiu bebidas adoçadas.**
- **Não consumiu biscoitos recheados, doces ou guloseimas.**
- **Não consumiu hambúrguer e/ou embutidos.**
- **Realizou as refeições assistindo à televisão.**

Considerando o conteúdo abordado pelo documento "Orientações para Avaliação de Marcadores de Consumo Alimentar na Atenção Básica" (2015), proposto pelo Ministério da Saúde, assinale a alternativa que apresenta a orientação mais adequada a ser realizada pelo profissional, diante das respostas obtidas:

(A) Reforçar o consumo de feijão e frutas frescas e recomendar a substituição das bebidas adoçadas por sucos naturais, independentemente da adição de açúcar, priorizando mudanças nas bebidas antes de abordar os demais hábitos alimentares.
(B) Recomendar o aumento do consumo de verduras e legumes e a redução das bebidas adoçadas, considerando que a realização das refeições diante da televisão não necessita de orientação específica quando o usuário já consome frutas frescas e feijão.
(C) Valorizar o consumo de feijão e frutas frescas, estimular a inclusão diária de verduras e legumes, orientar a redução das bebidas adoçadas e recomendar que as refeições sejam realizadas com atenção, em ambiente tranquilo e sem distrações como a televisão.
(D) Priorizar a inclusão de verduras e legumes e a substituição das bebidas adoçadas por água, recomendando também a exclusão de feijão das refeições noturnas para evitar o consumo excessivo de carboidratos, além de orientar que o usuário faça suas refeições sem assistir à televisão.
(E) Recomendar a manutenção do consumo de feijão e frutas frescas e a redução das bebidas adoçadas, orientando que a inclusão de verduras e legumes seja realizada apenas nos dias em que houver consumo aumentado de alimentos ultraprocessados.

22) A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) estabelece diretrizes para a organização das ações de alimentação e nutrição no Sistema Único de Saúde (SUS). A quarta diretriz, denominada "Gestão das Ações de Alimentação e Nutrição", prevê estratégias de financiamento tripartite para a implementação das diretrizes da PNAN, com o objetivo de melhorar as condições de alimentação e nutrição da população. Considerando as prioridades estabelecidas nessa diretriz, assinale a alternativa que apresenta uma ação que NÃO corresponde a essas prioridades:

(A) A aquisição e distribuição de insumos para prevenção e tratamento das carências nutricionais específicas.
(B) A adequação de equipamentos e estrutura física dos serviços de saúde para realização das ações de vigilância alimentar e nutricional.
(C) A garantia de processos de educação permanente em alimentação e nutrição para trabalhadores de saúde.
(D) A garantia de processos adequados de trabalho para a organização da atenção nutricional no SUS.
(E) O financiamento prioritário de campanhas publicitárias sobre alimentação saudável, em detrimento da qualificação dos processos de trabalho das equipes de saúde.

23) Em um município brasileiro, estiagens prolongadas seguidas por enchentes têm comprometido a produção e a distribuição de alimentos, provocado oscilações nos preços e dificultado o abastecimento de equipamentos públicos que fornecem refeições à população. Diante desse cenário, a gestão municipal decide revisar suas orientações para a aquisição de alimentos, considerando os princípios do Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014). Com base nesses princípios, assinale a alternativa que apresenta a abordagem mais coerente com as recomendações do documento:

(A) Priorizar a aquisição de alimentos com maior densidade de nutrientes e menor preço por unidade, considerando que a qualidade nutricional dos produtos é o principal critério para orientar as compras, independentemente das condições de produção e distribuição.
(B) Concentrar as aquisições em grandes fornecedores com capacidade de manter o abastecimento durante todo o ano, mesmo que isso implique ampliar as distâncias de transporte e reduzir a participação de produtores locais, garantindo maior padronização dos alimentos adquiridos.
(C) Manter os critérios de aquisição estabelecidos anteriormente, pois as recomendações alimentares devem permanecer estáveis ao longo do tempo, evitando que mudanças nas condições climáticas e econômicas interfiram no planejamento das compras públicas.
(D) Considerar as mudanças nas condições de produção e abastecimento associadas aos eventos climáticos extremos, valorizando sistemas de produção e distribuição social e ambientalmente sustentáveis e avaliando alternativas de aquisição que favoreçam a resiliência dos sistemas alimentares e a continuidade do acesso aos alimentos.
(E) Priorizar alimentos provenientes de sistemas de produção ambientalmente sustentáveis, mesmo quando as condições de aquisição comprometerem a regularidade do abastecimento e o acesso da população às refeições, uma vez que a preservação ambiental deve prevalecer sobre as demais dimensões da alimentação.

24) Em uma Unidade Básica de Saúde, um nutricionista realiza uma consulta de acompanhamento de um adulto com obesidade, que iniciou o acompanhamento nutricional há 60 dias. Na avaliação atual, constata-se redução de 2,0% do peso corporal inicial. O paciente relata que passou a preparar mais refeições em casa, reduziu o consumo de bebidas açucaradas e percebeu melhora recente da pressão arterial. Informa, ainda, que, em alguns dias, reduz o número de refeições devido a dificuldades financeiras para adquirir alimentos. Ao avaliar a evolução do paciente, o nutricionista desconsidera os avanços relatados e afirma que a perda de peso foi insuficiente para o período decorrido. Enfatiza que o paciente não pode ficar sem se alimentar, pois isso pode prejudicar sua saúde, e, em seguida, encerra a consulta com orientações genéricas sobre emagrecimento, sem investigar a fundo as dificuldades relatadas.

Considerando as orientações gerais para o atendimento de adultos estabelecidas pelo Guia para a Organização da Vigilância Alimentar e Nutricional na Atenção Primária à Saúde (2022), a conduta do profissional é:

(A) Coerente, pois a classificação antropométrica deve orientar a definição das metas terapêuticas, tendo a redução do peso como principal indicador de sucesso do acompanhamento.
(B) Incoerente, pois a melhora dos indicadores clínicos e dos hábitos alimentares deve orientar a dispensa do acompanhamento antropométrico, devendo ser priorizadas exclusivamente ações educativas gerais voltadas à alimentação saudável.
(C) Coerente, pois o reconhecimento dos riscos associados à obesidade justifica priorizar a redução ponderal e orientar mudanças comportamentais gerais para alcançar os resultados esperados.
(D) Incoerente, pois o acompanhamento nutricional deve priorizar a investigação das condições socioeconômicas e postergar a abordagem do diagnóstico nutricional até que o acesso aos alimentos esteja regularizado.
(E) Incoerente, pois o atendimento deve valorizar os resultados positivos, reconhecer a complexidade da obesidade e investigar as dificuldades de acesso aos alimentos, utilizando instrumentos apropriados para identificar possível insegurança alimentar e orientar um cuidado humanizado e adequado à realidade do usuário.

25) Considerando o papel do nutricionista na atenção primária à saúde, segundo o Conselho Federal de Nutrição (CFN), assinale a alternativa que apresenta uma atividade que não corresponde à competência profissional do nutricionista:

(A) Realizar a avaliação do estado nutricional de crianças e acompanhar os indicadores registrados no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN).
(B) Desenvolver ações de incentivo, apoio e proteção ao aleitamento materno junto às gestantes, puérperas e suas famílias.
(C) Planejar ações de prevenção e cuidado nutricional para pessoas com hipertensão arterial e diabetes mellitus acompanhadas pela UBS.
(D) Participar das ações de suplementação de micronutrientes, conforme os protocolos vigentes, e orientar os usuários sobre seu uso adequado.
(E) Orientar e ajustar esquemas farmacológicos anti-hipertensivos para usuários com pressão arterial persistentemente elevada, conforme os resultados do acompanhamento na UBS.